Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

Entre a transição escola-trabalho e a burocracia de rua: Avaliação longitudinal da implementação e resultados percebidos do Projeto Primeiro Emprego FESF/SUS na Bahia

Fernando Antonio de Melo Pereira Lhamas, Bruno Guimarães de Almeida, Érica Bowes, Mariana Borges, Laís Costa

https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.18834

Submetido em: 2026-11-09
Postado em: 2026-11-16 (versão 2)
(AAAA-MM-DD)

Justificativa da versão: Erros de digitação encontrados no tópico 7.4 e trecho destacado em cor verde, que estava sendo usado para revisão, mas não deveria continuar na redação final.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.18834

Entre a Transição Escola-Trabalho e a Burocracia de Rua: Avaliação Longitudinal de Implementação e Resultados Percebidos do Projeto Primeiro Emprego FESF/SUS na Bahia

Between the School-to-Work Transition and Street-Level Bureaucracy: A Longitudinal Evaluation of the Implementation and Perceived Outcomes of the FESF/SUS "Primeiro Emprego" Project in Bahia

Fernando Antonio de Melo Pereira Lhamas
ORCID: https://orcid.org/0000-0001-8015-6192
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Bruno Guimarães de Almeida
ORCID: https://orcid.org/0000-0001-6443-7875
Fundação Estatal Saúde da Família
Érica Bowes
ORCID: https://orcid.org/0000-0003-4365-2618
Fundação Estatal Saúde da Família
Mariana Nascimento de Carvalho Borges
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-2198-3654
Universidade Federal da Bahia
Laís Cerqueira Costa
ORCID: https://orcid.org/0009-0006-9456-1053
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Resumo

Este artigo avalia o Projeto Primeiro Emprego (PPE/FESFSUS) do estado da Bahia, projeto de inserção laboral temporária de jovens egressos da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) na administração pública estadual, com foco em sua implementação e nos resultados percebidos por beneficiários e gestores. Trata-se de uma avaliação *ex post*, longitudinal e descritiva, baseada em dados primários de *surveys* aplicados em dois ciclos (2025 e 2026): 711 e 879 beneficiários, respectivamente, e 144 questionários respondidos por Pontos Focais (67 em 2025 e 77 em 2026), os supervisores institucionais nas unidades de lotação. O desenho não dispõe de grupo de comparação nem de estratégia de identificação causal; as análises descrevem, portanto, percepções autorrelatadas e sua evolução ao longo dos ciclos, sem estimar o efeito líquido do programa. Os respondentes relatam redução da vulnerabilidade de renda familiar após o ingresso (a proporção de domicílios sem renda cai cerca de 17 p.p. nos dois ciclos) e maior confiança profissional (92,4% em 2025 e 91,4% em 2026); o público atendido concentra-se em mulheres e pessoas negras (82,8% e 90,0% em 2026). Do lado da implementação, os Pontos Focais avaliam o programa de forma muito positiva, mas apontam demandas por uma comunicação mais ágil, capacitação prévia dos jovens e maior clareza quanto aos prazos do vínculo, além de relatos de desvio de função. A comparação com experiências nacionais e internacionais é tratada como uma aproximação analítica, e as implicações gerenciais organizam-se em três eixos: transição para o pós-programa; governança e comunicação; e qualificação e acompanhamento.
Palavras-chave: Inserção laboral, Políticas Públicas, Educação Profissional.

Abstract

This paper evaluates the Primeiro Emprego Project (PPE/FESFSUS) in the state of Bahia, a program designed to provide temporary employment for young graduates of Professional and Technological Education (EPT) in the state civil service, focusing on its implementation and the outcomes perceived by beneficiaries and managers. This is an ex post, longitudinal, and

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.18834

descriptive evaluation based on primary data from surveys administered in two cycles (2025 and 2026): 711 and 879 beneficiaries, respectively, and 144 questionnaires completed by Focal Points (67 in 2025 and 77 in 2026), who serve as institutional supervisors at the program sites. The study design does not include a comparison group or a strategy for establishing causality; the analyses therefore describe self-reported perceptions and their evolution between cycles, without estimating the program's net effect. Respondents report a reduction in household income vulnerability after enrollment (the proportion of households with no income falls by about 17 percentage points over the two cycles) and greater professional confidence (92.4% in 2025 and 91.4% in 2026); the program's target population consists primarily of women and Black individuals (82.8% and 90.0% in 2026). On the implementation side, the Focal Points evaluate the program very positively but highlight the need for more responsive communication, prior training for young people, greater clarity on the duration of employment, and reports of role deviations. The comparison with national and international experiences is treated as an analytical approach, and the managerial implications are organized into three areas: transition to the post-program phase; governance and communication; and training and follow-up.
Keywords: Labor Market Integration, Public Policy, Professional Education.

1. INTRODUÇÃO

A transição da escola para o mundo do trabalho é um dos grandes desafios da juventude contemporânea. Em países do Sul Global, ela é atravessada por desigualdades estruturais, o que a literatura denomina moratória social: os jovens enfrentam períodos prolongados de intermitência e vulnerabilidade ocupacional (Abramo, 2014). No caso brasileiro, o mercado de trabalho entre 2015 e 2024 foi marcado por desindustrialização precoce e expansão da informalidade, processos que afetam de modo desproporcional a população jovem (Camargos & Barbosa, 2024; Santos & Gimenez, 2015; Souen & Campos, 2020).

A inserção inicial no mercado de trabalho ganha, por isso, centralidade analítica: a literatura sobre dependência de trajetória indica que as condições do primeiro emprego tendem a repercutir nos rendimentos e na estabilidade ocupacional futuros (Carrijo et al., 2020). Nesse quadro, as políticas ativas de mercado de trabalho (PAMT) voltadas à qualificação e à empregabilidade juvenil são uma resposta possível, embora seus resultados dependam do desenho e do contexto em que são implementadas.

O Projeto Primeiro Emprego (PPE-FESF/SUS) do estado da Bahia insere-se nesse debate com um desenho pouco usual: propõe a inserção laboral temporária de jovens recém-egressos da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) diretamente na administração pública estadual. Apesar de seu porte e de sua singularidade na burocracia estatal, são ainda escassas, até onde pudemos verificar, as avaliações sobre seus desdobramentos práticos e socioeconômicos para os beneficiários.

Diante disso, o presente artigo orienta-se pela seguinte questão de pesquisa: "Em que medida o PPE é percebido como capaz de melhorar as condições socioeconômicas, a experiência laboral e a autoeficácia profissional dos beneficiários?".

O objetivo geral é avaliar a implementação e os resultados imediatos percebidos do PPE em dois ciclos (2025 e 2026), a partir das perspectivas dos beneficiários diretos e dos gestores locais (Pontos Focais). Especificamente, busca-se (i) caracterizar o perfil dos beneficiários; (ii) descrever a evolução, entre os ciclos, das percepções sobre a renda familiar, a trajetória

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.18834

educacional e a autoeficácia; e (iii) examinar, na ótica dos Pontos Focais, a aceitação do programa, as dificuldades de supervisão e as demandas de gestão. Trata-se de uma avaliação de implementação e de resultados percebidos, e não de impacto: sem grupo de comparação, o estudo não estima o efeito líquido do programa (Gertler et al., 2018).

As três dimensões da pergunta dialogam com os eixos do referencial teórico adotado na Seção 2: a transição escola-trabalho e a dependência de trajetória, as políticas ativas de mercado de trabalho e a teoria da mudança, e a autoeficácia. Cada subseção termina indicando como o conceito contribui para a interpretação do PPE.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Transição Escola-Trabalho e Dependência de Trajetória

A qualidade do primeiro emprego pode influenciar a carreira de um trabalhador por muito tempo, fenômeno discutido na literatura sob a ótica da dependência de trajetória. O debate costuma distinguir duas vias para as inserções iniciais: os *stepping stones*, que funcionam como trampolins para ocupações melhores e mais bem remuneradas, e os *dead ends*, associados à precariedade persistente e à alta rotatividade (Carrijo et al., 2020). Assim, o primeiro emprego não representa apenas o ingresso no mundo do trabalho, mas também uma experiência capaz de influenciar as condições de inserção, permanência e desenvolvimento profissional.

No Brasil, os programas de aprendizagem profissional são frequentemente tratados como possíveis vias de formalização. Corseuil, Foguel e Gonzaga (2019), com dados pareados de empregadores e empregados, mostram que a passagem por contratos de aprendizagem está associada a uma inserção mais rápida no mercado formal, a maior permanência no emprego e a rendimentos médios mais altos nos anos seguintes, o que sustenta a leitura da aprendizagem como *stepping stone*. Esses resultados, contudo, referem-se a um programa e a um contexto institucional específicos e não podem ser transpostos, sem mediação, para outras iniciativas.

Para este estudo, essa literatura fornece o parâmetro de interpretação: saber se o vínculo temporário no serviço público se aproxima de um *stepping stone* ou de um *dead end* depende do que ocorre após o desligamento, informação que a pesquisa não coleta. O artigo observa, portanto, as condições da inserção e as percepções dos jovens durante o vínculo, e deixa a trajetória posterior como agenda futura.

2.2 Políticas Ativas de Mercado de Trabalho e Teoria da Mudança

As PAMT voltadas à juventude deixaram de apoiar-se apenas no treinamento em sala de aula e passaram a adotar esquemas mais integrados. Entre eles estão os modelos de inserção dual, que combinam formação teórica e experiência prática no local de trabalho e, assim, podem facilitar a transição e reduzir assimetrias de informação entre empregadores e jovens candidatos (Zimmermann et al., 2013). A literatura recente enfatiza ainda o equilíbrio entre *hard skills* (competências técnicas e cognitivas) e *soft skills* (habilidades socioemocionais e comportamentais) (Barrera-Osorio et al., 2023; Calero et al., 2017). Em contextos de alta vulnerabilidade, intervenções que incorporam *life skills* apresentam efeitos positivos sobre a empregabilidade e a permanência no emprego (Ibarrarán et al., 2014).

No plano internacional, a Garantia Juvenil europeia assegura ao jovem uma oferta de emprego, de formação continuada ou de estágio em até quatro meses após a saída do sistema educacional (Alonso et al., 2021). O Banco Mundial, por sua vez, chama a atenção para a necessidade de

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.18834

alinhar as PAMT à transição demográfica e às mudanças tecnológicas, sobretudo no Sul Global (World Bank, 2025), e a experiência chinesa durante a pandemia de COVID-19 combinou estímulos à demanda e ampla oferta de capacitação digital (Chen et al., 2021). São arranjos de escala, instituições e objetivos distintos dos do PPE; interessam aqui como termos de comparação analítica, e não como modelos equivalentes.

Avaliar uma política desse tipo exige explicitar a lógica pela qual se espera que ela produza resultados. A teoria da mudança organiza essa lógica em uma cadeia que vai de insumos e atividades a produtos, resultados imediatos e resultados esperados, e ajuda a definir indicadores e a delimitar o que a avaliação pode observar (Gertler et al., 2018). Quando há grupo de comparação ou outra estratégia credível de contrafactual, é possível estimar o impacto da intervenção; na ausência dele, a avaliação limita-se a descrever processos e resultados, sem atribuí-los com segurança ao programa (Gertler et al., 2018). Esse é o caso deste estudo. Na dimensão da implementação, adotamos ainda a perspectiva da burocracia de nível de rua (Lipsky, 1980): os resultados de uma política dependem, em boa medida, de como seus executores diretos, aqui os Pontos Focais, interpretam, adaptam e sustentam suas regras no cotidiano, o que faz da distância entre desenho e execução um objeto legítimo de avaliação (Pressman & Wildavsky, 1973).

Nesta pesquisa, esse eixo orienta duas escolhas. A teoria da mudança do PPE (Seção 3) estrutura as hipóteses avaliativas, e os dados dos Pontos Focais são lidos como evidência de implementação, e não de efeito.

2.3 Autoeficácia e Capital Psicológico

A teoria social cognitiva de Bandura (1977) define autoeficácia como a crença do indivíduo em sua capacidade de organizar e executar as ações necessárias para produzir determinados resultados. No contexto laboral juvenil, experiências práticas bem-sucedidas podem atuar como fontes de persuasão social e de experiência de domínio (*mastery experience*), duas das principais fontes de elevação da autoeficácia.

Uma inserção inicial percebida como exitosa também pode, em tese, contribuir para a superação de estigmas, o ajuste das preferências laborais e a resiliência diante de frustrações contratuais, favorecendo a busca ativa por novas oportunidades e a aspiração à mobilidade social (Oliveira & Lima Cordeiro, 2025).

Bandura serve aqui como referencial interpretativo, e não como instrumento de medida: a pesquisa não aplica escalas psicológicas validadas e capta apenas a confiança e o preparo profissional que os respondentes relatam sentir. Os achados da Seção 5.4 devem ser lidos nesse registro.

3. O PROJETO PRIMEIRO EMPREGO (PPE): DESCRIÇÃO E TEORIA DA MUDANÇA

Esta seção descreve as bases operacionais, a trajetória institucional e a Teoria da Mudança do PPE, retomando a transição escola-trabalho e a dependência de trajetória discutidas na Introdução e a questão de pesquisa que orienta o estudo. Ao final, distinguimos o que o programa oferece, o que pretende produzir e o que este artigo consegue de fato observar.

3.1 Desenho Institucional

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.18834

O Projeto Primeiro Emprego foi instituído como resposta governamental baiana ao quadro de moratória social enfrentado pelos jovens egressos da EPT, buscando abreviar o período de intermitência e vulnerabilidade ocupacional que caracteriza a transição para o mercado de trabalho formal (Abramo, 2014). Sua concepção se estrutura por meio de uma articulação interinstitucional que congrega a Secretaria da Administração do Estado da Bahia, responsável pela formulação da política; a FESF-SUS (Fundação Estadual Saúde da Família), responsável pela gestão operacional junto às unidades do Sistema Único de Saúde; e a FLEM (Fundação Luís Eduardo Magalhães), responsável pelo suporte técnico-pedagógico. O acesso ao Projeto Primeiro Emprego ocorre por meio de processo seletivo público, amparado em critérios de mérito acadêmico (notas escolares), garantindo a focalização em estudantes de destaque oriundos da rede estadual de ensino.

Do ponto de vista de sua trajetória institucional, o Projeto Primeiro Emprego passou por duas inflexões regulatórias centrais para a compreensão de seu desenho atual. Em 2016, sua gestão operacional foi incorporada à FESF-SUS, que, desde então, responde pela execução cotidiana do Projeto Primeiro Emprego, em articulação com a Secretaria da Administração do Estado da Bahia e a FLEM. Posteriormente, até outubro de 2023, o vínculo de contratação entre a FESFSUS e a SAEB formalizava-se por meio de Contrato de programa; a partir de 1º de novembro de 2023, esse instrumento foi substituído pelo Convênio, alterando a base jurídico-administrativa da relação entre o Estado Essa reconfiguração regulatória ampliou a abrangência do Projeto e as entregas, mas manteve os prazos de vínculo com os beneficiários, assim como foram mantidos o modelo de vinculação contratual –Celetista- conforme previsto em Edital e chamamento público.

Os beneficiários selecionados são alocados diretamente em diferentes órgãos da máquina pública estadual. O contrato oferece uma remuneração, equivalente a um salário-mínimo, celetista (CLT), além de benefícios como vale-alimentação, vale-transporte — com desconto simbólico de R$ 1,00 — e fardamento, bem como a opção de adesão a plano de saúde, assegurando as condições materiais básicas para a jornada de trabalho. Em paralelo às atividades laborais rotineiras, o desenho do Projeto Primeiro Emprego integra um componente formativo por meio de um Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), voltado ao aperfeiçoamento contínuo de competências técnicas e interpessoais, em consonância com a literatura sobre políticas ativas de mercado de trabalho que recomenda a articulação entre hard skills e soft skills como estratégia de qualificação juvenil (Barrera-Osorio et al., 2023; Calero et al., 2017).

3.2 Teoria da Mudança

A Teoria da Mudança do PPE pode ser lida como uma cadeia de cinco elos. Os *insumos* são a remuneração, os benefícios, a capacitação no AVA e a experiência prática no setor público. As *atividades* correspondem à alocação dos jovens nos órgãos estaduais, ao acompanhamento pedagógico e à supervisão pelos Pontos Focais. Os *produtos* são os vínculos de trabalho e as ações formativas realizadas. Os *resultados imediatos* esperados são a melhora da renda familiar durante o vínculo, a experiência profissional formal e a elevação da autoeficácia; os *resultados esperados*, de prazo mais longo, são uma melhor inserção ocupacional posterior e a mobilidade social dos egressos. Entre insumos e resultados, atuariam mecanismos intermediários: a consolidação do *habitus* profissional, a redução de estigmas associados à juventude periférica e o fortalecimento da autoeficácia, nos moldes da teoria social cognitiva de Bandura (1997) retomada na Seção 2.3. Esse esquema orienta a avaliação, mas não substitui evidência de impacto (Gertler et al., 2018).

3.3 Hipóteses Avaliativas

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.18834

Dessa cadeia derivam hipóteses compatíveis com os dados coletados, todas formuladas em termos de percepção e de variação entre ciclos: (H1) os respondentes relatam melhora da situação de renda familiar após o ingresso no programa; (H2) os beneficiários relatam maior confiança e preparo profissional; (H3) os Pontos Focais avaliam positivamente a relevância do programa, e sua percepção sobre acolhimento, comunicação e supervisão varia entre 2025 e 2026. Hipóteses sobre inserção ocupacional posterior ou mobilidade intergeracional de renda não podem ser testadas com este desenho e permanecem como agenda de pesquisa.

É preciso, portanto, separar três planos: o que o programa oferece (insumos e atividades), o que pretende produzir (resultados esperados) e o que o artigo observa (percepções autorrelatadas dos gestores durante o vínculo e a implementação). As Seções 5 e 6 situam-se no terceiro plano.

4. PERCURSO METODOLÓGICO

Este estudo é uma avaliação *ex post*, longitudinal e descritiva, centrada na implementação e nos resultados percebidos do PPE e ancorada em sua Teoria da Mudança (Casa Civil, 2018). Na distinção proposta por Gertler et al. (2018), não se trata de uma avaliação de impacto: não há grupo de comparação nem identificação causal do efeito líquido do programa, de modo que os resultados refletem percepções autorrelatadas e a evolução descritiva entre dois ciclos de coleta. A credibilidade da análise depende, assim, da transparência do desenho e do reconhecimento explícito dos limites da inferência, conforme abordados na Seção 8. A longitudinalidade deve ser entendida aqui como a repetição da pesquisa em dois momentos, com amostras independentes e sem pareamento individual, dado o anonimato garantido aos respondentes, e não como o acompanhamento dos mesmos jovens ao longo do tempo.

A pesquisa adotou uma abordagem quantitativa, em dois ciclos de coleta (2025 e 2026), e captou a percepção de dois atores centrais do programa: os jovens beneficiários e os Pontos Focais, supervisores locais nos órgãos de lotação. O conjunto de beneficiários reúne 1.590 respondentes, 711 no ciclo de 2025 e 879 no de 2026, com 45 variáveis analíticas (q21 a q65). Entre os Pontos Focais, foram obtidas 144 respostas, 67 em 2025 e 77 em 2026, para 20 variáveis (q1 a q20). Os percentuais apresentados nas Seções 5 e 6 têm como denominador o total de respondentes de cada ciclo; as comparações entre 2025 e 2026 contrastam, portanto, grupos de tamanhos diferentes. Não houve sorteio amostral. A coleta buscou alcançar o conjunto de Trabalhadores Educandos e de Pontos Focais em atividade ou recém-desligados, e a participação foi voluntária.

Os dados foram coletados por meio de *surveys* online estruturados. Organização, transformação e análise foram realizadas no ambiente R, com os pacotes do tidyverse para a manipulação do *dataset* e as bibliotecas ggplot2 e ggalluvial para as visualizações. Como as variáveis são categóricas ou ordinais e não se assumiu distribuição normal, a comparação entre ciclos e grupos recorreu a testes não paramétricos: o teste Qui-Quadrado de Pearson, para a associação entre variáveis categóricas (por exemplo, a distribuição por faixa de renda em cada ciclo), e o teste U de Mann-Whitney, para variáveis ordinais, como as escalas de avaliação de 1 a 5 dos questionários. A hipótese nula testada foi, em cada caso, a de igualdade das distribuições entre os ciclos. Adotou-se o nível de significância de 5%. Na ausência dessas correções, diferenças isoladas devem ser interpretadas com cautela. Coleta, limpeza e análise foram conduzidas como etapas distintas; os procedimentos de campo são resumidos a seguir.

As etapas de contato, aplicação dos questionários e processamento dos dados observaram os preceitos éticos em pesquisa e as normativas vigentes da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), garantindo o anonimato e a não rastreabilidade individual dos respondentes.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.18834

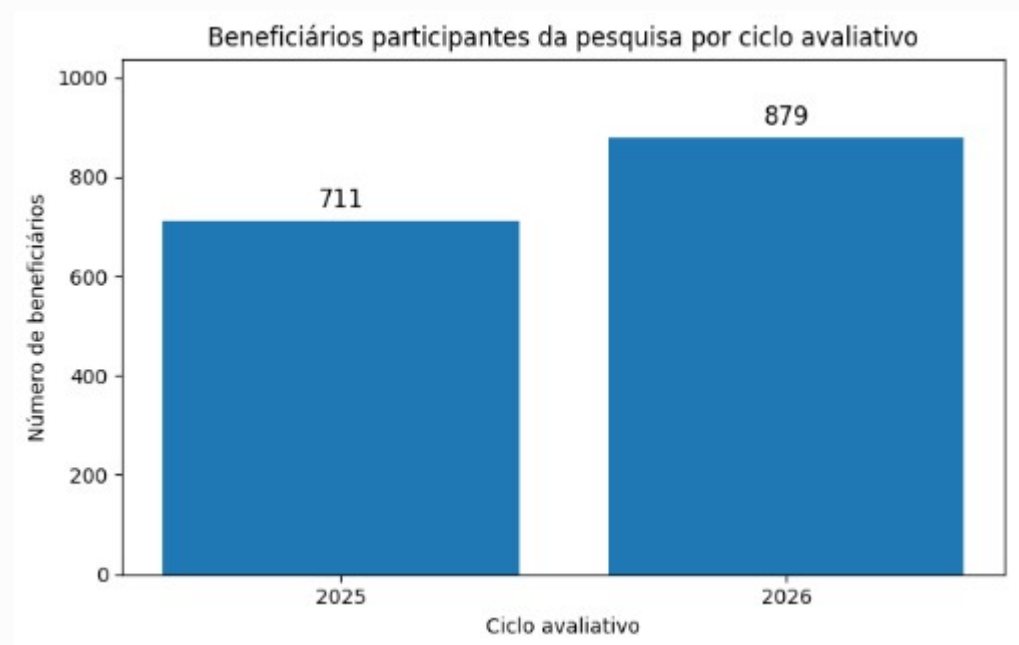
Coleta de dados com beneficiários

A equipe pedagógica do PPE mobilizou os participantes e conduziu a coleta de campo em ambos os ciclos, sempre por meio de questionários eletrônicos estruturados. Em 2025, foram obtidas 711 respostas, sobretudo por meio de visitas *in loco* às unidades de lotação, nas quais os monitores de campo localizavam os Trabalhadores Educandos (TEs) e conciliavam a aplicação do instrumento com o monitoramento regular. O questionário ficou disponível no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), e o WhatsApp serviu como canal complementar para divulgar o link e esclarecer dúvidas. O deslocamento das equipes, a disponibilidade de veículos e a necessidade de localizar os jovens elegíveis tornaram essa coleta mais longa.

Em 2026, a coleta foi concluída em menor prazo e alcançou 879 beneficiários. Contribuíram para isso a InterAção, estratégia do PPE composta por oficinas periódicas e centralizadas de monitoramento pedagógico, administrativo e institucional, que reúne TEs de diferentes unidades do SUS e permitiu o acesso ao questionário por QR Code durante as atividades; a articulação com o Núcleo de Gestão de Pessoas (NUGEP), da Diretoria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (DIGTES); e a divulgação da pesquisa pelos e-mails institucionais usados nos fluxos de desligamento, por meio do Setor de Desligamento do NUGEP/DIGETS, o que permitiu alcançar egressos que já não frequentavam as unidades. AVA e WhatsApp permaneceram como canais complementares.

As diferenças de estratégia entre os ciclos podem ter alterado o perfil de quem respondeu: em 2026, a coleta incluiu egressos já desligados e participantes reunidos em oficinas centralizadas, o que não ocorreu em 2025. Trata-se de um possível efeito do modo de coleta, a ser considerado na comparação entre os ciclos. A comparação entre os ciclos evidencia a ampliação do número de participantes alcançados pela pesquisa, passando de 711 beneficiários em 2025 para 879 em 2026, conforme apresentado no Gráfico 01.

Gráfico 01 – Beneficiários participantes da pesquisa por ciclo avaliativo, PPE – FESF-SUS, Bahia, 2025-2026.



SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.18834

Fonte: Pesquisa de monitoramento do Projeto Primeiro Emprego – PPE/FESF-SUS, 2025-2026.

Assim, os dois ciclos combinaram coleta presencial, AVA, WhatsApp, QR Code e e-mail institucional, o que caracteriza uma estratégia multimodal. A literatura metodológica indica que desenhos sequenciais e multimodais podem ampliar as possibilidades de contato e equilibrar cobertura, qualidade e custo, desde que haja padronização dos instrumentos e controle de possíveis efeitos decorrentes dos diferentes modos de resposta (Coffey & Elliott, 2024). No caso do PPE, a experiência de 2026 sugere que a integração entre ações pedagógicas, estruturas administrativas e ferramentas digitais pode ampliar a capilaridade da pesquisa e reduzir o tempo de coleta, ainda que este estudo não tenha avaliado separadamente o efeito de cada um.

Coleta de dados com gestores públicos (Pontos Focais)

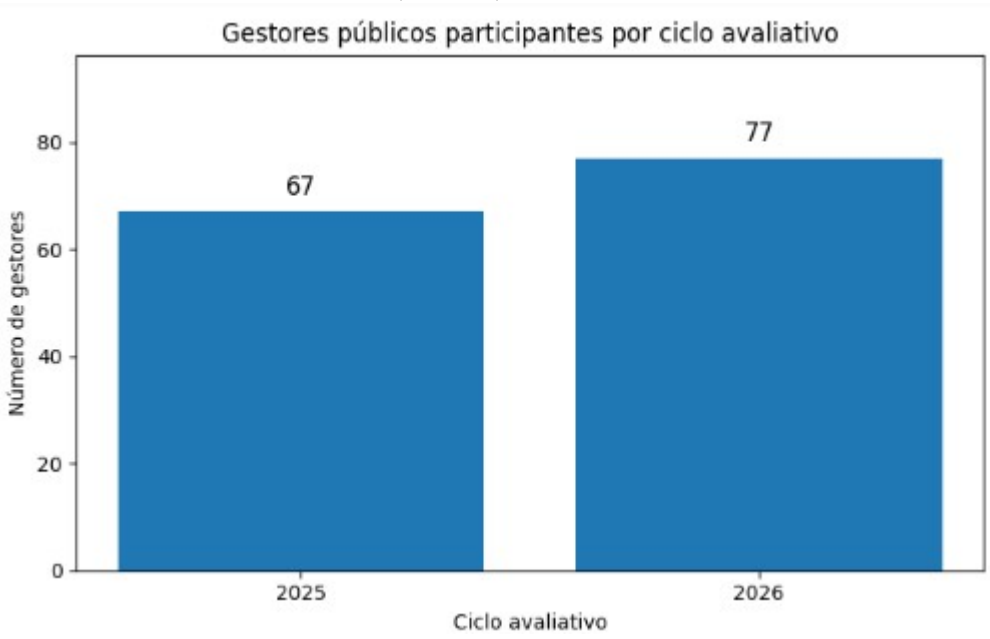
No que se refere aos Pontos Focais, gestores responsáveis pelo acompanhamento dos Trabalhadores Educandos nas unidades de lotação, a coleta de dados também foi conduzida pela equipe pedagógica do PPE, mediante estratégia multimodal de mobilização. Os questionários foram disponibilizados por meio de formulário eletrônico elaborado no Microsoft Forms® e compartilhados por diferentes ferramentas de comunicação em grupo, incluindo WhatsApp, Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e e-mails institucionais.

Além da divulgação pelos canais digitais, os monitores de campo realizaram a sensibilização dos Pontos Focais durante as visitas *in loco* às unidades. Nessas ocasiões, reforçavam a relevância da pesquisa, orientavam quanto ao acesso ao questionário e esclareciam eventuais dúvidas. A Coordenação Pedagógica acompanhou o processo de mobilização, forneceu orientações à equipe de monitoramento e realizou o controle das respostas recebidas e pendentes.

O delineamento da pesquisa com gestores públicos foi de natureza empírica longitudinal, permitindo a comparação dos resultados obtidos nos ciclos de 2025 e 2026. No primeiro ciclo, participaram 67 gestores, enquanto, em 2026, foram obtidas respostas de 77 gestores, totalizando 144 participantes nos dois ciclos avaliativos.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.18834

Gráfico 02 – Gestores públicos participantes da pesquisa por ciclo avaliativo, PPE – FESF-SUS, Bahia, 2025-2026.



Fonte: Pesquisa de monitoramento do Projeto Primeiro Emprego – PPE/FESF-SUS, 2025-2026.

Embora os Pontos Focais formassem um grupo numericamente menor que o dos Trabalhadores Educandos, sua mobilização exigiu acompanhamento sistemático: contatos individualizados, lembretes e novos convites, em razão das rotinas de trabalho e das responsabilidades gerenciais desses profissionais. A combinação de canais digitais e de acompanhamento presencial ampliou as oportunidades de participação e permitiu monitorar a cobertura da pesquisa em ambos os ciclos.

5. RESULTADOS - ANÁLISE DOS BENEFICIÁRIOS

5.1 Perfil Sociodemográfico

O programa concentrou-se majoritariamente em mulheres e pessoas negras, grupos historicamente sub-representados no mercado formal. As mulheres corresponderam a 80,8% dos respondentes em 2025 e a 82,8% em 2026. A população negra (soma de autodeclarados pardos e pretos) passou de 86,6% em 2025 para 90,0% no ciclo mais recente.

A maior parte dos respondentes está na faixa de 16 a 25 anos (53,9% em 2025 e 54,7% em 2026). Uma parcela relevante, porém, tem mais de 35 anos (23,8% no primeiro ciclo e 23,2% no segundo), o que indica a presença de egressos mais velhos da EPT entre os beneficiários (Figura 1).

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.18834

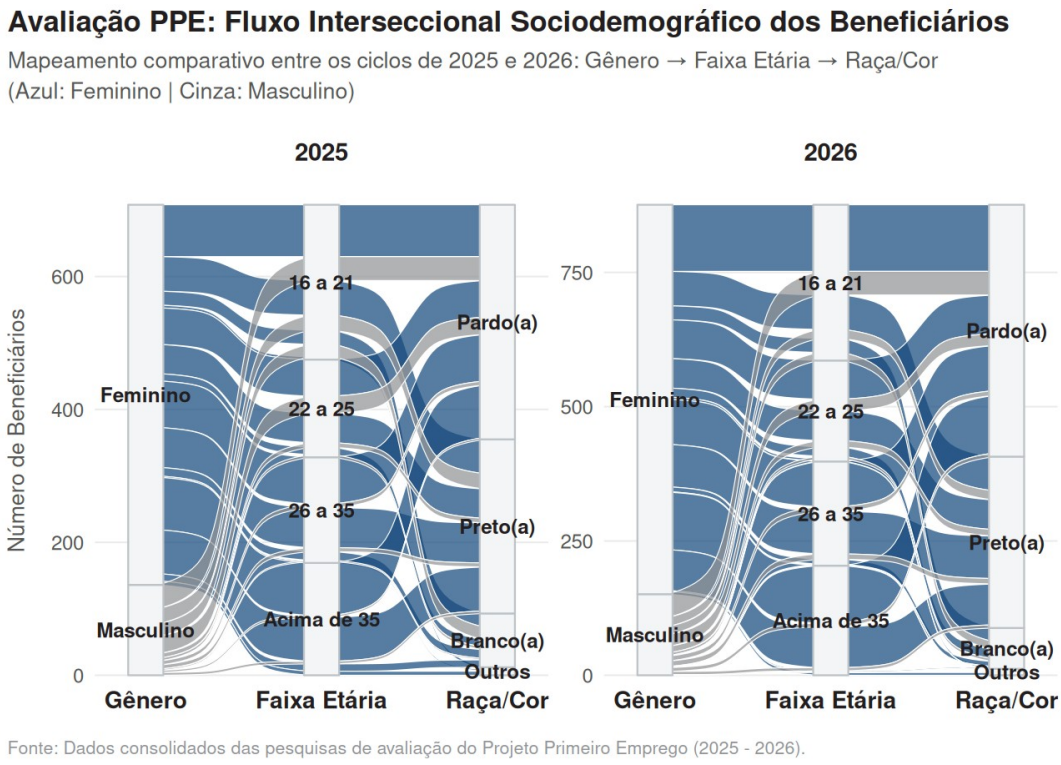


Figura 1: Diagrama aluvial dos fluxos sociodemográficos interseccionais (Gênero → Faixa Etária → Raça/Cor) comparando as coletas de 2025 e 2026.

5.2 Transição de Renda Familiar

Os respondentes relataram melhora da situação de renda familiar após o ingresso no PPE (Figura 2). A renda anterior ao programa foi captada de forma retrospectiva: o jovem informa a faixa de renda de sua família antes de entrar no PPE e a faixa atual [confirmar a redação do item], de modo que as comparações a seguir resultam de autorrelato em dois momentos, e não de registros administrativos. Em 2025, a proporção de domicílios sem renda ou com rendimentos muito baixos passou de 23,6% (antes do programa) para 6,8% (situação atual), uma redução de 16,9 pontos percentuais; no mesmo período, a parcela de famílias com renda entre 1,5 e 3 salários mínimos foi de 16,2% para 39,4% (+23,2 p.p.). Em 2026, o padrão se repetiu: a faixa sem renda recuou de 24,5% para 7,3% (−17,2 p.p.). Como não há grupo de comparação, essas variações descrevem a mudança percebida pelos respondentes e não podem ser atribuídas apenas ao programa; parte delas pode decorrer de outros fatores ocorridos no período.

Os respondentes indicam ainda que a remuneração tem forte função familiar: 87% utilizam integralmente seus vencimentos para o custeio da subsistência da família. Além disso, 86% afirmam ter adquirido novos bens com a remuneração do PPE, sobretudo eletrodomésticos (39,1%), itens de tecnologia e telefonia (32,5%) e, em menor grau, veículo (7,9%). Vale notar que o programa convive com transferências federais: a proporção de famílias beneficiárias do Bolsa Família passou de 21,9% em 2025 para 25,4% em 2026 na amostra.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.18834

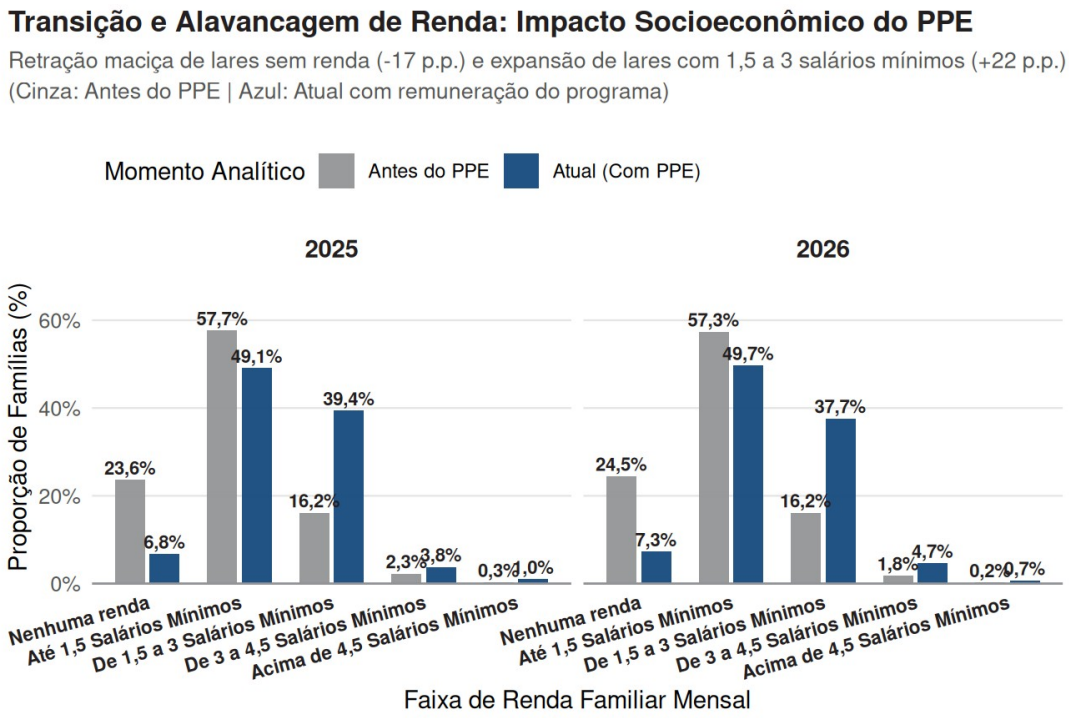


Figura 2: Transição da renda familiar antes e após o ingresso no PPE.

5.3 Trajetória Educacional e Escolaridade Familiar

Quase todos os respondentes concluíram o Ensino Médio (99,7% em 2025 e 100% em 2026), o que é coerente com o recorte do programa, voltado a egressos da EPT. A composição por área de formação técnica mudou entre os ciclos: a participação de egressos de Administração subiu de 38,4% para 45,7% (+7,3 p.p.), enquanto a de Enfermagem caiu de 26,3% para 8,2% (−18,1 p.p.).

Os dados sugerem escolaridade parental relativamente baixa e elevada aspiração de continuidade dos estudos entre os beneficiários. Em 2025, 51,3% dos pais não tinham escolaridade ou haviam cursado até o fundamental I, e 41,4% das mães tinham o Ensino Médio completo. Entre os jovens, 87,1% (2025) e 86,5% (2026) declaram desejo alto ou muito alto de prosseguir nos estudos. A matrícula corrente no ensino superior, por outro lado, caiu de 61,3% em 2025 para 36,5% em 2026; uma explicação plausível, que não testamos, é o ingresso de uma coorte mais jovem e recém-formada no segundo ciclo, que poderá comparar os dois ciclos segundo faixa etária, tempo de conclusão do ensino médio, renda familiar, situação educacional anterior ao ingresso no PPE e jornada de trabalho. São associações descritivas de perfil: os dados não permitem afirmar que o PPE tenha alterado a trajetória educacional das famílias, nem falar em mobilidade intergeracional.

5.4 Autoeficácia e Confiança Profissional Percebidas

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.18834

Os resultados indicam percepção positiva de confiança e de preparo profissional entre os respondentes. Perguntados sobre o grau de preparo para o mercado de trabalho, 69,8% dos jovens em 2025 e 73,3% em 2026 afirmaram sentir-se mais confiantes e melhor preparados. Considerando o conjunto das respostas, 92,4% em 2025 e 91,4% em 2026 relatam maior confiança profissional (Figura 4).

Antes do programa, cerca de 74% a 79% dos egressos relatavam barreiras importantes, associadas à descrença quanto ao próprio futuro. Após o ingresso, 79,2% (2025) e 79,4% (2026) afirmam já ter alcançado os objetivos profissionais que almejavam para a fase atual. A avaliação do ambiente de trabalho segue na mesma direção: a satisfação geral com o trabalho foi de 93,9% em 2025 e 95,0% em 2026 (Figura 3), e 98,4% e 98,2% dos respondentes, respectivamente, percebem um clima interpessoal saudável. Em conjunto, há indícios de fortalecimento da autoeficácia percebida. Como a pesquisa não utiliza escalas psicológicas validadas nem acompanha os mesmos indivíduos ao longo do tempo, porém, não é possível falar em mudança psicológica consolidada nem atribuir esses níveis ao programa.

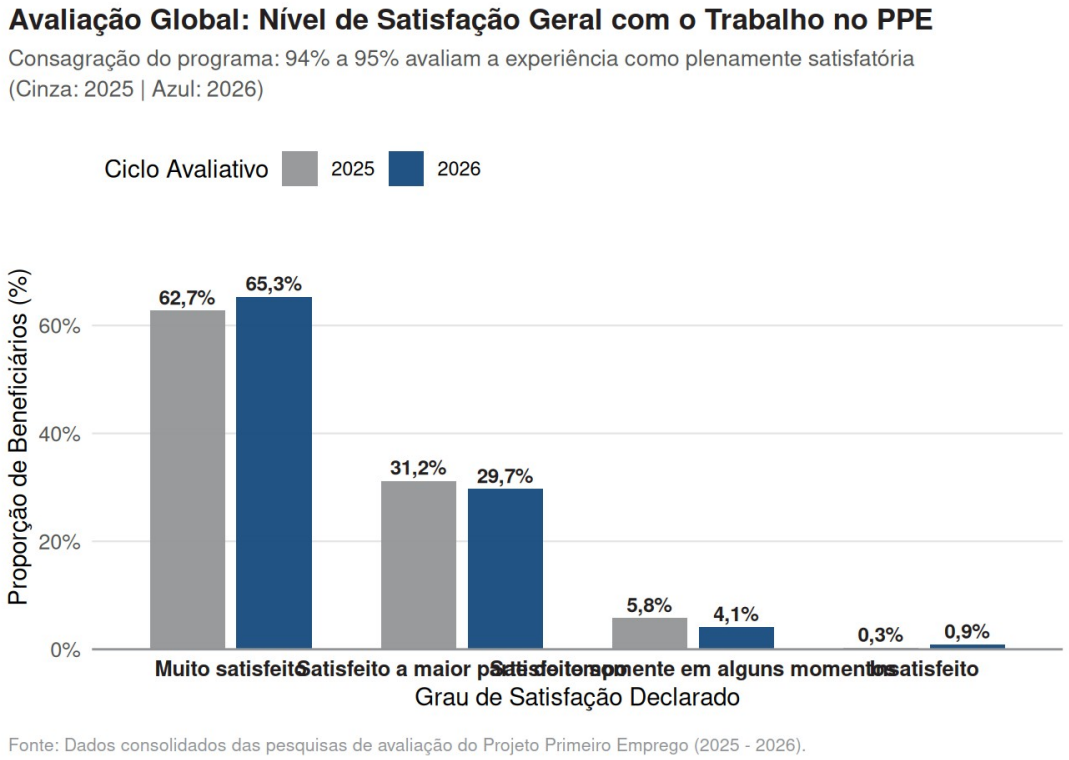


Figura 3: Distribuição da satisfação geral com o trabalho no PPE.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.18834

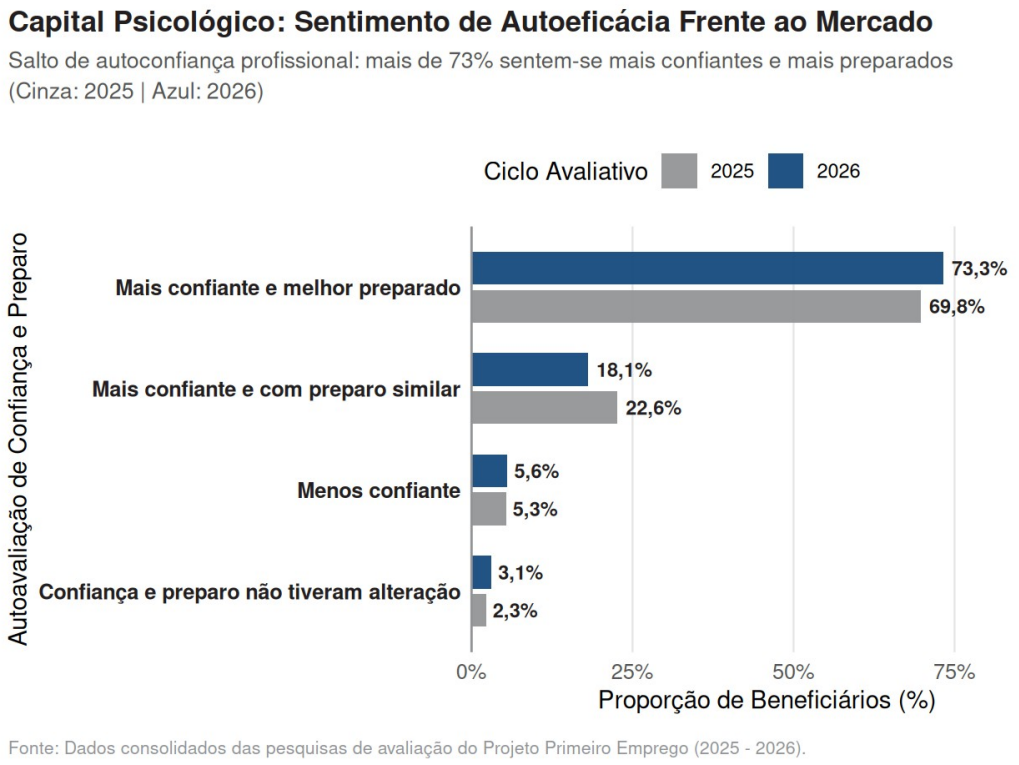


Figura 4: Capital psicológico: autoeficácia profissional dos beneficiários.

6. RESULTADOS - ANÁLISE DOS PONTOS FOCAIS

Esta seção trata da implementação e da governança do programa na perspectiva dos gestores. Organiza-se em três blocos: a avaliação positiva do programa e dos jovens (6.1); as dificuldades de acolhimento, comunicação e supervisão (6.2); e as demandas e inconformidades apontadas pelos gestores (6.3), que consideramos o achado de maior utilidade para a gestão.

6.1 Legitimidade, Engajamento e Percepção sobre os Jovens

Os Pontos Focais avaliam o PPE de forma amplamente positiva. A proporção que atribuiu notas 4 e 5 ao programa subiu de 92,5% em 2025 para 98,7% em 2026, e a nota máxima ("extremamente relevante") passou de 77,6% para 87,0% (+9,4 p.p.). A função, contudo, é percebida como exigente: 70,1% (2025) e 68,8% (2026) classificaram como alto o desafio (notas 4 e 5) de ser Ponto Focal, e a orientação e supervisão direta dos jovens foi apontada como principal atribuição por 39,0% dos gestores no último ciclo.

Na avaliação do comportamento dos beneficiários, a proatividade (notas 4 e 5) passou de 74,6% para 83,1% (+8,5 p.p.), e a proporção de jovens classificados como "muito proativos" (nota 4) foi de 23,9% para 45,5% (+21,6 p.p.). As competências sociorrelacionais foram avaliadas positivamente por 89,6% dos gestores em 2025 e 96,1% em 2026 (+6,5 p.p.), um dos índices mais altos observados. Ao mesmo tempo, a imaturidade dos ingressantes segue como desafio elevado (notas 4 e 5), de 47,8% para 54,5% (+6,7 p.p.), e a adaptação às rotinas do serviço público permaneceu majoritariamente positiva (79,1% em 2025; 75,3% em 2026).

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.18834

6.2 Acolhimento, Comunicação e Supervisão

A satisfação dos gestores com a estrutura de acolhimento (notas 4 e 5) recuou de 92,5% em 2025 para 81,9% em 2026, ainda que o uso de protocolos padronizados de indução tenha aumentado, de 64,2% para 70,1%. Mesmo com essa queda, 100% dos supervisores em 2026 reconhecem que os esforços de acolhimento foram fundamentais ou significativos para a integração do jovem. O modelo predominante de socialização é tácito, baseado na mentoria direta e no emparelhamento com servidor mais experiente, prática adotada em 51,9% a 56,7% das repartições.

A satisfação com a coordenação junto à entidade parceira variou pouco (de 68,7% para 70,2%, notas 4 e 5), mas a insatisfação declarada caiu de 13,5% para 6,5%. O WhatsApp é o principal canal de comunicação (51,9% a 55,2%). A frequência de supervisão diária diminuiu levemente, de 50,7% (2025) para 46,8% (2026), e a obtenção de dados tempestivos sobre os beneficiários continuou sendo vista como obstáculo alto (notas 4 e 5) por cerca de 45% a 48% dos Pontos Focais.

Em conjunto, esses resultados apontam um ponto de atenção na implementação: a satisfação com o acolhimento diminuiu enquanto a padronização cresceu, e a socialização do jovem segue dependendo sobretudo de arranjos informais. Trata-se de uma leitura interpretativa, que estudos qualitativos poderiam testar.

6.3 Demandas e Inconformidades: Achados para a Gestão

O inventário de sugestões dos gestores aponta gargalos de gestão. A demanda por comunicação mais ágil entre a administração central e as unidades passou a ser a principal, subindo de 13,4% para 36,4% (+23,0 p.p.). O pedido de capacitação prévia e específica dos jovens antes do ingresso nos setores aumentou de 20,9% para 29,9% (+9,0 p.p.). A proporção de gestores que declararam não haver inconformidades contratuais graves manteve-se em torno de 61% a 62%, mas as denúncias de desvio de função passaram de 3,0% para 6,5%. Surge ainda uma preocupação com a "armadilha da expectativa contratual", associada a ambiguidades na prorrogação do vínculo (de 1 para até 2 anos).

Essas demandas são, provavelmente, o conjunto de achados mais útil do artigo para a gestão do programa, e dialogam diretamente com a literatura de implementação. Na perspectiva da burocracia de nível de rua (Lipsky, 1980), os Pontos Focais são os agentes que traduzem as regras do programa em prática cotidiana, em geral acumulando essa função com outras atribuições. Os pedidos de comunicação ágil, de jovens mais bem preparados na chegada e de regras claras sobre prazos e funções podem ser lidos como demandas por condições para exercer esse papel, o que remete ao problema clássico da distância entre desenho e execução das políticas (Pressman & Wildavsky, 1973). O relato de desvio de função, embora numericamente pequeno, merece atenção por tocar a integridade do vínculo formativo e a coerência com a teoria da mudança.

As ações do PPE, no âmbito da FESF-SUS/FLEM, em resposta a essas demandas envolvem acolhimento, capacitação prévia e supervisão. O acolhimento apresenta aos jovens a estrutura institucional, as atribuições ligadas à sua formação profissional, as normas de funcionamento dos serviços e as responsabilidades assumidas no projeto. A capacitação prévia articula conhecimentos técnicos, competências socioemocionais, ética, relações interpessoais e compreensão do funcionamento do serviço público, e é complementada por cursos e recursos educacionais disponíveis no AVA. A supervisão é exercida pela Coordenação Pedagógica, por tutores, monitores e Pontos Focais, com orientação, monitoramento das atividades, identificação

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.18834

de dificuldades e encaminhamento de demandas, apoiada em jornadas formativas e em espaços de diálogo com os gestores. Este artigo não avalia a efetividade dessas ações; registra-as como o contexto institucional em que as demandas dos gestores devem ser lidas.

7. DISCUSSÃO COMPARADA

A comparação a seguir tem caráter de aproximação analítica. Os programas e políticas mobilizados diferem do PPE em desenho institucional, escala e contexto, e nem sempre foram avaliados com métodos comparáveis; buscamos, por isso, pontos de correspondência (formação profissional, inserção juvenil, acompanhamento, autoeficácia e transição pós-programa) sem supor equivalência. Seguindo Gertler et al. (2018), também não tratamos uma boa narrativa de implementação como evidência de impacto.

7.1 O PPE no Quadro Nacional

Embora os desenhos institucionais não sejam idênticos, o PPE pode ser aproximado dos esforços de formalização por meio da aprendizagem profissional analisados por Corseuil, Foguel e Tomelin (2019). Há uma diferença estrutural: enquanto a Lei da Aprendizagem frequentemente favorece a retenção do jovem pela empresa formadora, o PPE, situado na administração pública, cujo ingresso se dá por concurso, não permite a efetivação direta de seus egressos ao fim do contrato. Em termos de objetivo de inserção juvenil, a proteção de renda observada aproxima-se do que Veriguine, Basso e Soares (2014) descrevem para o programa homônimo catarinense; em contextos socioeconômicos regionais distintos, a dependência da renda do trabalho pode ser maior entre as famílias baianas, hipótese que este estudo não testa.

No eixo da formação profissional, o PPE oferece atividades formativas no AVA articuladas ao acompanhamento dos Trabalhadores Educandos, o que o aproxima de programas em que a formação se liga diretamente à experiência de trabalho. O estudo de Corseuil, Foguel e Tomelin (2019) é um bom ponto de contraste: avalia um treinamento realizado integralmente nas empresas participantes e identifica efeito positivo sobre a obtenção de emprego formal, mas efeito nulo sobre os salários no curto prazo e negativo no médio prazo, o que mostra que a qualificação, isoladamente, não garante resultados homogêneos. Como o vínculo no PPE tem duração determinada e não implica incorporação ao quadro permanente, a formação ofertada precisa ser entendida menos como preparação para permanecer no posto e mais como desenvolvimento de competências transferíveis para outras oportunidades educacionais e profissionais.

Quanto à orientação para o futuro e ao acompanhamento, a aproximação mais próxima é com Veriguine, Basso e Soares (2014), que descrevem oficinas de orientação profissional com 15 jovens em situação de vulnerabilidade, organizadas em três oficinas de quatro horas e uma entrevista individual, voltadas ao autoconhecimento, aos projetos pessoais e profissionais e às perspectivas diante do desligamento. A convergência está na ideia de que a inserção juvenil não se reduz à aquisição de competências técnicas e requer espaços de reflexão sobre trajetórias e expectativas. A diferença está na escala e na estrutura: enquanto a experiência catarinense foi uma intervenção delimitada, o PPE combina formação continuada, monitoramento pedagógico, acolhimento e a mediação dos Pontos Focais, que fazem a ponte entre o jovem, o serviço e a gestão do projeto. Essa mediação cotidiana dialoga com Silva Junior e Mayorga (2016), para quem a experiência de jovens pobres em programas de aprendizagem envolve pertencimento, hierarquias e relações geracionais e de classe, e não apenas o aprendizado de uma atividade profissional.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.18834

De Tommasi e Corrochano (2020) ajudam a problematizar os limites das políticas juvenis centradas na qualificação: mostram a passagem, nas políticas brasileiras de trabalho para jovens, de uma ênfase na qualificação profissional para a valorização do empreendedorismo, em um contexto de fragmentação e de responsabilização individual. O PPE, ao manter o jovem em uma experiência profissional concreta, com formação e acompanhamento institucional, não reduz a preparação ao esforço individual. Compartilha, porém, um desafio comum a essas políticas: a transição para as oportunidades existentes após o desligamento. Formação, acompanhamento e desenvolvimento de competências podem ampliar os recursos dos jovens, mas não eliminam as desigualdades estruturais do mercado de trabalho, e este estudo não observa o que ocorre depois do vínculo. Se a desconexão com o setor produtivo persistir no desligamento, o programa corre o risco de subutilizar as competências que ajudou a formar.

Em síntese, a principal especificidade do PPE frente às experiências nacionais consultadas parece estar na combinação de níveis de intervenção: formação mediada pelo AVA, experiência prática no serviço público, acompanhamento pelos Pontos Focais, monitoramento pedagógico, acolhimento e articulação institucional (Quadro 01).

Quadro 01 – Comparação entre estratégias de intervenção identificadas na literatura e ações desenvolvidas pelo PPE

Dimensão	**Literatura**	**PPE**
Formação profissional	Cursos, treinamento e qualificação voltados à inserção profissional	Formação e aperfeiçoamento profissional articulados ao AVA e à experiência no serviço
Orientação para o futuro	Oficinas de orientação profissional, autoconhecimento e projeto de futuro	Ações formativas e acompanhamento da trajetória durante a permanência no projeto
Acompanhamento	Intervenções específicas ou acompanhamento vinculado à instituição formadora	Acompanhamento sistemático pelos Pontos Focais, monitores e equipe pedagógica
Relação com o trabalho	Inserção ou preparação para o mercado de trabalho	Experiência profissional diretamente inserida nos serviços públicos de saúde
Acolhimento	Intervenções de orientação e apoio em situações específicas	Ações de acolhimento e suporte integradas à gestão pedagógica do projeto
Desligamento	Preocupação com perspectivas profissionais após o término do programa	Necessidade de articular formação e desenvolvimento de competências com a transição após o vínculo

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.18834

Dimensão	**Literatura**	**PPE**
Escala da intervenção	Experiências focalizadas em grupos específicos	Programa estruturado em escala estadual, com diferentes atores e mecanismos institucionais

7.2 Perspectiva Internacional

Sob a ótica internacional, as comparações pedem ainda mais cautela, pois envolvem sistemas de proteção e mercados de trabalho muito distintos. A Garantia Juvenil Europeia (Alonso et al., 2021) oferece um contraponto quanto ao risco de efeito de trancamento (*lock-in*), em que a mera participação em treinamentos, sem aprofundamento, mantém os jovens em ciclos de precariedade e baixa qualificação. O PPE parte de um público com formação técnica prévia (EPT), o que, em tese, reduz o risco de aprisionamento em trajetórias de baixa qualificação; este estudo, porém, não permite verificar se isso de fato ocorre.

Evidências da América Latina, como as da Colômbia e da República Dominicana, indicam a importância de combinar *hard skills*, desenvolvidas nos centros de ensino, com *soft skills* e *life skills*, consolidadas pela experiência supervisionada, o que resulta em retornos positivos para a empregabilidade, em particular de mulheres e negros (Barrera-Osorio et al., 2023; Ibarrarán et al., 2014). Em escala e contexto distintos, o perfil do público do PPE, majoritariamente de mulheres e pessoas negras, é compatível com essa agenda, e a ênfase do Banco Mundial em soluções rápidas diante do estreitamento da janela do bônus demográfico no Sul Global (World Bank, 2025) reforça a relevância de avaliar iniciativas como esta. Por fim, a oferta digital do AVA lembra, apenas de forma ilustrativa, a rede de capacitação digital mobilizada na China durante a pandemia (Chen et al., 2021).

7.3 Implicações Teóricas

O estudo oferece duas contribuições à literatura sobre juventude e trabalho, ambas de caráter exploratório. Primeiro, os achados são compatíveis com a hipótese de que a inserção estatal temporária, protegida por vínculo formal, funcione mais como *stepping stone* do que como *dead end* em contextos de alto desemprego: os jovens relatam melhora da renda familiar e experiência formal de trabalho durante o vínculo. Verificar se essa experiência se converte em sinal reputacional e em melhor inserção posterior exigirá dados de seguimento. Segundo, há indícios de fortalecimento da autoeficácia percebida, em linha com o que a teoria de Bandura (1997) prevê para experiências de domínio, e os resultados sugerem melhora na percepção de pertencimento por meio da socialização no trabalho formal. Trata-se de coerência com o referencial teórico, e não de sua validação empírica.

7.4 Campo de atuação no SUS, aprendizagem e formação

A inserção dos jovens do PPE na secretaria e serviços do Sistema Único de Saúde (SUS) representa uma dimensão relevante da experiência profissional, que ultrapassa a aquisição de competências técnicas, pois constitui um espaço privilegiado de aprendizagem e formação cidadã, no quela o trabalho se desenvolve em articulação com garantia de acesso a saúde da

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.18834

população, os direitos sociais alicerçados em princípios da universalidade, integralidade e equidade.

Nessa perspectiva, o SUS pode ser compreendido como uma escola de formação para o trabalho e para a cidadania, na medida em que proporciona experiências concretas de organização dos serviços, atuação em equipes multiprofissionais, relações institucionais e compreensão epidemiológica de uma região. Diferentemente de outros espaços de inserção profissional, o trabalho no SUS exige não apenas o domínio de conhecimentos e habilidades específicas, mas também a compreensão de sua natureza como política pública, de seus princípios organizativos e de sua responsabilidade na garantia do direito constitucional à saúde.

Outro aspecto relevante diz respeito à possibilidade de reconhecerem o SUS como patrimônio social e expressão concreta de uma conquista histórica da sociedade brasileira. A vivência cotidiana nos serviços pode contribuir para ampliar a compreensão sobre o papel do Estado na proteção social, as desigualdades que atravessam o acesso à saúde e a importância do trabalho coletivo na produção do trabalho. Nesse sentido, a experiência profissional também apresenta uma dimensão político-pedagógica, ao aproximar os jovens dos valores democráticos, da solidariedade e da defesa da saúde como direito de todos e dever do Estado.

8. LIMITAÇÕES

Este estudo deve ser lido como uma avaliação *ex post*, longitudinal e predominantemente descritiva, com foco no processo e nos resultados imediatos percebidos. Suas limitações decorrem desse desenho. Primeiro, não há grupo de comparação, o que impede estimar o efeito líquido do PPE: as variações entre o "antes" e o "depois", ou entre 2025 e 2026, podem refletir outros fatores além do programa (Gertler et al., 2018). Segundo, os dados são autorrelatados e, no caso da renda anterior ao ingresso, retrospectivos, o que sujeita as respostas a viés de memória e de desejabilidade social, sobretudo porque a coleta foi conduzida pela própria equipe do programa. Terceiro, a participação foi voluntária e a taxa de resposta [informar] condiciona a leitura dos resultados, de modo que não se pode descartar viés de seleção; o mesmo vale para as mudanças nas estratégias de coleta entre os ciclos, que podem ter alterado o perfil dos respondentes. Quarto, os ciclos de 2025 e 2026 são comparados como amostras independentes, sem pareamento individual. Quinto, não há medidas objetivas de inserção pós-programa nem acompanhamento após o desligamento, de modo que os efeitos de longo prazo sobre emprego, renda e mobilidade ocupacional permanecem desconhecidos.

Dentro desses limites, o desenho sustenta o mapeamento do perfil dos beneficiários, a identificação de tendências percebidas entre os ciclos, a leitura da implementação sob a ótica dos gestores e a formulação de hipóteses para estudos futuros. Não sustenta estimativas de impacto causal, comparações com um cenário contrafactual nem generalizações para além dos respondentes. Avançar nessa direção exigirá, como agenda futura, dados administrativos de emprego (RAIS/CAGED) após o desligamento da folha pública e um grupo de comparação.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS E IMPLICAÇÕES GERENCIAIS

Os resultados indicam efeitos sociais e subjetivos positivos percebidos pelos respondentes: os beneficiários relatam redução da vulnerabilidade de renda familiar e maior confiança profissional, e os Pontos Focais avaliam o programa de forma muito favorável. O PPE mostra, assim, potencial como mecanismo de proteção e de transição para jovens egressos da EPT, em especial mulheres e pessoas negras, que compõem a maior parte do público. Esses achados são compatíveis com a teoria da mudança do programa, mas não permitem concluir pelo impacto

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.18834

líquido do PPE, nem por efeitos de longo prazo, pois o desenho não dispõe de grupo de comparação nem de dados posteriores ao desligamento. Boa implementação e percepção positiva não equivalem a evidência de impacto (Gertler et al., 2018).

Do ponto de vista da gestão, as evidências dos Pontos Focais permitem priorizar recomendações em três eixos. Para cada um, indicamos o problema observado, a solução sugerida e o objetivo gerencial. As propostas dependem de validação de viabilidade pelos gestores do programa, pois o artigo não traz informações sobre custos ou capacidade institucional.

Transição para o pós-programa. O vínculo é temporário e não prevê efetivação, e este estudo não observa o que acontece após o desligamento. Sugere-se estruturar, nos últimos meses de contrato (por exemplo, nos últimos 90 dias, prazo a validar), atividades de orientação e de conexão com oportunidades de formação e de trabalho, incluindo o setor produtivo, e criar um registro de acompanhamento de egressos. O objetivo é reduzir o risco de subutilização das competências desenvolvidas durante o vínculo e gerar dados para avaliações futuras.

Governança e comunicação. Os gestores pediram uma comunicação mais ágil (36,4% em 2026), relataram ambiguidade quanto à prorrogação do vínculo (de 1 para até 2 anos) e apontaram casos de desvio de função (6,5%). Sugere-se definir um canal formal de atendimento às demandas dos Pontos Focais, com prazos de resposta, já que o canal predominante hoje é o WhatsApp; comunicar, de forma inequívoca, as regras de vigência do vínculo, para dissipar a "armadilha da expectativa contratual"; e reforçar a fiscalização interinstitucional do desvio de função. O objetivo é dar previsibilidade à relação entre os Pontos Focais e o programa, bem como preservar a coerência entre a formação técnica prévia e as atividades desempenhadas.

Qualificação e acompanhamento. Cresceu o pedido de capacitação prévia dos jovens (29,9% em 2026), a imaturidade dos ingressantes segue sendo um desafio para mais da metade dos gestores (54,5%) e a satisfação com o acolhimento caiu para 81,9%. Sugere-se reforçar a preparação dos jovens antes da alocação, oferecer capacitação periódica em manejo pedagógico aos Pontos Focais e padronizar os protocolos de acolhimento, sem abandonar a mentoria direta, que já é a prática dominante. O objetivo é melhorar a integração dos jovens e reduzir a dependência de arranjos informais.

Propostas de forte componente tecnológico, como a otimização algorítmica da lotação por distância ou um portal de atendimento com acordos de nível de serviço, não encontram base empírica suficiente nesta pesquisa e dependem de estudos específicos de viabilidade. O passo necessário para avaliar se o PPE funciona como trampolim de longo prazo é o acompanhamento *ex post* dos egressos, com dados administrativos e grupo de comparação.

Acrescenta-se como relevante que ao inserir jovens nos serviços do SUS, o projeto pode contribuir tanto para o desenvolvimento de competências profissionais quanto para a construção de uma consciência crítica sobre a importância das políticas públicas e do papel dos trabalhadores na sua efetivação.

REFERÊNCIAS

Abramo, H. W. (2014). *Estação Juventude: Conceitos Fundamentais*. Secretaria Nacional de Juventude (SNJ).

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.18834

Alonso, C. P., Sánchez, P. M., & Martínez, A. I. (2021). Youth Guarantee: Looking for Explanations. *Sustainability*, *13*(10), 5561. https://doi.org/10.3390/su13105561

Bandura, A. (1977). Self-efficacy: Toward a Unifying Theory of Behavioral Change. *Psychological Review*, *84*(2), 191–215. https://doi.org/10.1037/0033-295X.84.2.191

Bandura, A. (1997). *Self-Efficacy: The Exercise of Control*. W. H. Freeman; Company.

Barrera-Osorio, F., Kugler, A., & Silliman, M. (2023). Hard and Soft Skills in Vocational Training: Experimental Evidence from Colombia. *The World Bank Economic Review*, *37*(3), 432–452. https://doi.org/10.1093/wber/lhad007

Calero, C., Diez, V. G., Soares, Y. S. D., & Corseuil, C. H. (2017). Can Arts-Based Interventions Enhance Labor Market Outcomes Among Youth? Evidence from a Randomized Trial in Rio de Janeiro. *Labour Economics*, *45*, 131–142. https://doi.org/10.1016/j.labeco.2016.11.008

Camargos, R. C. M., & Barbosa, P. M. R. (2024). Labor Market from 2015 to 2022: Heightened Risks and Dismantling Policies. Em *Social Policies in Times of Austerity and Populism: Lessons from Brazil*. Routledge. https://doi.org/10.4324/9781003487777-16

Carrijo, B. C. P. D. S., Monsueto, S. E., & Cardoso, L. B. (2020). The First Job and Occupational Trajectories: Young Workers in Brazil Between 2002 and 2016. *International Review of Applied Economics*, *34*(3), 313–331. https://doi.org/10.1080/02692171.2019.1707784

Casa Civil. (2018). *Avaliação de Políticas Públicas: Guia Prático de Análise Ex Post* (Vol. 2). Presidência da República, Casa Civil.

Chen, T., Rong, J., Peng, L., Yang, J., Cong, G., & Fang, J. (2021). Analysis of Social Effects on Employment Promotion Policies for College Graduates Based on Data Mining for Online Use Review in China during the COVID-19 Pandemic. *Healthcare*, *9*(7), 846. https://doi.org/10.3390/healthcare9070846

COFFEY, Stephanie M.; ELLIOTT, Michael R. Optimizing data collection interventions to balance cost and quality in a sequential multimode survey. *Journal of Survey Statistics and Methodology*, v. 12, n. 3, p. 741-763, 2024. DOI: 10.1093/jssam/smad007.

Corseuil, C. H. L., Foguel, M., & Tomelin, L. F. (2019). Uma Avaliação de Impacto de um Programa de Qualificação Profissional na Empresa sobre a Inserção dos Jovens no Mercado de Trabalho Formal. *Economia Aplicada*, *23*(4), 69–90. https://doi.org/10.11606/1980-5330/ea141238

Corseuil, C. H., Foguel, M. N., & Gonzaga, G. (2019). Apprenticeship as a Stepping Stone to Better Jobs: Evidence from Brazilian Matched Employer-Employee Data. *Labour Economics*, *58*, 121–137. https://doi.org/10.1016/j.labeco.2019.02.002

Gertler, P. J., Martinez, S., Premand, P., Rawlings, L. B., & Vermeersch, C. M. J. (2018). *Impact Evaluation in Practice* (2nd ed). Inter-American Development Bank; World Bank. https://doi.org/10.1596/978-1-4648-0779-4

Ibarrarán, P., Ripani, L., Taboada, B., Villa, J. M., & Garcia, B. (2014). Life Skills, Employability and Training for Disadvantaged Youth: Evidence from a Randomized Evaluation Design. *IZA Journal of Labor & Development*, *3*(1), 10. https://doi.org/10.1186/2193-9020-3-10

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.18834

Lipsky, M. (1980). *Street-Level Bureaucracy: Dilemmas of the Individual in Public Services*. Russell Sage Foundation.

Oliveira, L. B. de, & Lima Cordeiro, C. de. (2025). What do Young Adults Want? A Study About Their Job Preferences. *Brazilian Business Review*, *22*, e20231341. https://doi.org/10.15728/bbr.2023.1341.en

Pressman, J. L., & Wildavsky, A. (1973). *Implementation: How Great Expectations in Washington Are Dashed in Oakland*. University of California Press.

Santos, A. L., & Gimenez, D. M. (2015). Inserção dos Jovens no Mercado de Trabalho. *Estudos Avançados*, *29*(85), 153–168. https://doi.org/10.1590/S0103-40142015008500011

Silva Junior, P. R. da, & Mayorga, C. (2016). Experiências de Jovens Pobres Participantes de Programas de Aprendizagem Profissional. *Psicologia & Sociedade*, *28*(2), 298–308. https://doi.org/10.1590/1807-03102016aop001

Souen, J. A., & Campos, G. C. D. S. (2020). From Euphoria to Retreat: Formal Employment in Twenty-First-Century Brazil. *Latin American Perspectives*, *47*(1), 151–168. https://doi.org/10.1177/0094582X19845383

Tommasi, L. de, & Corrochano, M. C. (2020). Do Qualificar ao Empreender: Políticas de Trabalho para Jovens no Brasil. *Estudos Avançados*, *34*(99), 353–372. https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.3499.021

Veriguine, N. R., Basso, C., & Soares, D. H. P. (2014). Juventude e Perspectivas de Futuro: A Orientação Profissional no Programa Primeiro Emprego. *Psicologia: Ciência e Profissão*, *34*(4), 1032–1044. https://doi.org/10.1590/1982-370000902013

World Bank. (2025). *Active Labor Markets and Youth Employment*. World Bank Group, Strategic Impact Evaluation Fund (SIEF).

Zimmermann, K. F., Biavaschi, C., Eichhorst, W., Giulietti, C., Kendzia, M. J., Muravyev, A., Pieters, J., Rodríguez-Planas, N., & Schmidl, R. (2013). Youth Unemployment and Vocational Training. *Foundations and Trends in Microeconomics*, *9*(1–2), 1–157. https://doi.org/10.1561/0700000058

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE

O autor declara que não há conflito de interesse com o presente artigo. SciELO Preprints -

DISPONIBILIDADE DE DADOS DA PESQUISA

Os dados de pesquisa estão disponíveis em um ou mais repositório de dados.

DECLARAÇÃO DE USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

O autor fez uso de inteligência artificial apenas para formatação do texto e exigências da publicação.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.18834

Fernando Antonio de Melo Pereira Lhamas – Conceptualization, Data curation, Formal analysis, Investigation, Methodology, Software, Visualization, Writing – Original draft preparation.

Bruno Guimarães de Almeida – Conceptualization, Project administration, Supervision, Validation, Writing – review & editing.

Érica Bowes – Conceptualization, Project administration, Supervision, Validation, Writing – review & editing.

Mariana Nascimento de Carvalho Borges – Conceptualization, Funding acquisition, Investigation, Project administration, Resources, Supervision, Writing – review & editing.

Laís Cerqueira Costa - Conceptualization, Project administration, Supervision, Validation, Writing – review & editing.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença Creative Commons CC-BY.
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.